

MARCOS DE OLIVEIRA PIMENTEL

VULNERABILIDADE SOCIAL E POLÍTICA HABITACIONAL:

o caso do conjunto habitacional Parque Valdariosa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Política e Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Adauto Lúcio Cardoso

Rio de Janeiro

2015

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a questão da vulnerabilidade social no âmbito da política nacional de habitação vigente. Para tanto, é apresentado um estudo de caso que tem como objeto o Conjunto Habitacional Parque Valdariosa, empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, referência da política habitacional do governo federal. A análise é baseada em dados quantitativos obtidos pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e arcabouço teórico representado pelos trabalhos de Rubén Kaztman e Mark Granovetter. As análises procuram inferir sobre sustentabilidade econômica dos moradores do empreendimento, acesso a estruturas de oportunidades, bem como as consequências decorrentes do isolamento socioespacial a que estão submetidos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Política habitacional; Minha Casa, Minha Vida; Estruturas de oportunidades; Isolamento socioespacial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	O CH Parque Valdariosa e o território ao seu redor: visão aérea	21
Figura 2 –	O CH Parque Valdariosa e a região do entorno: visão aérea	21
Figura 3 –	O CH Parque Valdariosa: uma das ruas que separam áreas repletas de edifícios	22
Figura 4 –	O CH Parque Valdariosa: alguns edifícios e sua área comum	23
Figura 5 –	O CH Parque Valdariosa: um dos 75 edifícios	23
Gráfico 1 –	Pirâmide etária dos moradores do CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013	25
Gráfico 2 –	Distribuição da renda total domiciliar no CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013 (em R\$)	26
Gráfico 3 –	Distribuição da renda do trabalho domiciliar no CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013 (em R\$)	26
Gráfico 4 –	Composição das rendas total e complementar média no CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013 (em R\$)	27
Gráfico 5 –	Determinação dos quatro grupos de renda total domiciliar do CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013 (em R\$)	28
Gráfico 6 –	Composição das rendas total e complementar dos moradores do Grupo I em dezembro de 2013 (em R\$)	33
Gráfico 7 –	Composição das rendas total e complementar dos moradores do Grupo II em dezembro de 2013 (em R\$)	33
Gráfico 8 –	Composição das rendas total e complementar dos moradores do Grupo III em dezembro de 2013 (em R\$)	34
Gráfico 9 –	Composição das rendas total e complementar dos moradores do Grupo IV em dezembro de 2013 (em R\$)	34
Gráfico 10 –	Distribuição dos moradores do Grupo I com mais de 25 anos conforme a última série, grau ou ano concluído com sucesso em dezembro de 2013	36
Gráfico 11 –	Distribuição dos moradores do Grupo II com mais de 25 anos conforme a última série, grau ou ano concluído com sucesso em dezembro de 2013	36
Gráfico 12 –	Distribuição dos moradores do Grupo III com mais de 25 anos conforme a última série, grau ou ano concluído com sucesso em dezembro de 2013	37
Gráfico 13 –	Distribuição dos moradores do Grupo IV com mais de 25 anos conforme a última série, grau ou ano concluído com sucesso em dezembro de 2013	37
Gráfico 14 –	Distribuição dos moradores do Grupo I com idade potencialmente ativa: trabalhavam ou não em dezembro de 2013 / empregados com carteira assinada ou não em dezembro de 2013	38
Gráfico 15 –	Distribuição dos moradores do Grupo II com idade potencialmente ativa: trabalhavam ou não em dezembro de 2013 / empregados com carteira assinada ou não em dezembro de 2013	39

Gráfico 16 – Distribuição dos moradores do Grupo III com idade potencialmente ativa: trabalhavam ou não em dezembro de 2013 / empregados com carteira assinada ou não em dezembro de 2013	39
Gráfico 17 – Distribuição dos moradores do Grupo IV com idade potencialmente ativa: trabalhavam ou não em dezembro de 2013 / empregados com carteira assinada ou não em dezembro de 2013	39
Gráfico 18 – Distribuição dos moradores do Grupo I com idade entre 15 e 24 anos com relação ao trabalho e estudo em dezembro de 2013	42
Gráfico 19 – Distribuição dos moradores do Grupo II com idade entre 15 e 24 anos com relação ao trabalho e estudo em dezembro de 2013	42
Gráfico 20 – Distribuição dos moradores do Grupo III com idade entre 15 e 24 anos com relação ao trabalho e estudo em dezembro de 2013	42
Gráfico 21 – Distribuição dos moradores do Grupo IV com idade entre 15 e 24 anos com relação ao trabalho e estudo em dezembro de 2013	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de domicílios e moradores representados por grupo de renda	28
Tabela 2 –	Rendas do trabalho, complementar e total domiciliar média dos grupos de domicílios que compõem o CH Parque Valdariosa, em dezembro de 2013 (em R\$)	29
Tabela 3 –	Orçamento básico dos domicílios do Grupo I em dezembro de 2013 (em R\$)	30
Tabela 4 –	Orçamento básico dos domicílios do Grupo II em dezembro de 2013 (em R\$)	30
Tabela 5 –	Orçamento básico dos domicílios do Grupo III em dezembro de 2013 (em R\$)	30
Tabela 6 –	Orçamento básico dos domicílios do Grupo IV em dezembro de 2013 (em R\$)	31
Tabela 7 –	Participação do orçamento básico na renda total e do trabalho (em %)	32
Tabela 8 –	Distribuição dos moradores que trabalhavam ou não por grupo e sexo em dezembro de 2013 (em %)	41
Tabela 9 –	Distribuição dos moradores com ou sem carteira de trabalho assinada por grupo e sexo em dezembro de 2013 (em %)	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF – Baixada Fluminense

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEF – Caixa Econômica Federal

CH – Conjunto habitacional

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

FGHAB – Fundo Garantidor de Habitação Popular

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

PBF – Programa Bolsa Família

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

RMRJ – Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
Rubén Kaztman	10
Mark Granovetter	14
3. O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE VALDARIOSA.....	17
O Programa Minha Casa, Minha Vida	17
O conjunto habitacional Parque Valdariosa	19
Apresentação dos dados	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito responder à seguinte pergunta: “qual o impacto da política habitacional do governo federal, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), sobre a condição de vulnerabilidade social dos habitantes de seus empreendimentos?”. Para tanto, analisar-se-á neste trabalho o caso do conjunto habitacional (CH) Parque Valdariosa, situado no município de Queimados, Estado do Rio de Janeiro. A construção do empreendimento foi finalizada em 2012 nos moldes do PMCMV, referência da política nacional de habitação desde 2009.

Assume-se a hipótese de que a escolha do local onde são providas as moradias no contexto do PMCMV resulta não apenas na reprodução da desigualdade socioespacial, considerando seu significativo distanciamento de centralidades urbanas, mas também na reiteração da condição de vulnerabilidade social de seus moradores. Em outras palavras, para além da desigualdade social encontrada no espaço geográfico, a vulnerabilidade social configura níveis inferiores de bem-estar. Esse cenário pode ser observado sob a forma de condições de trabalho precarizadas, no difícil acesso a serviços básicos ou, especialmente, na obstaculizada acumulação de capital social individual, coletivo ou cívico.

Tais aspectos conformam um quadro de extrema fragilidade e exposição a reveses socioeconômicos que tornam o futuro dos socialmente vulneráveis pleno de incertezas. À vista disso, este estudo busca iluminar a questão da vulnerabilidade social no contexto da política nacional de habitação vigente. Para tanto, toma-se a situação encontrada no CH Parque Valdariosa como estudo de caso, tendo por marco teórico as reflexões formuladas pelos autores Rubén Kaztman e Mark Granovetter, sendo também incorporadas ao estudo algumas contribuições complementares. Estes dois autores buscam a identificação dos fatores responsáveis pela permanência de indivíduos em situações de vulnerabilidade social. Kaztman analisa a questão sob a ótica da incapacidade no acesso a estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, sociedade e Estado. Granovetter, por sua vez, se debruça sobre o

tema na perspectiva da rede de relações interpessoais e o consequente acúmulo ou não de capital social propiciado por esses vínculos.

Com relação ao estudo de caso, o CH Parque Valdariosa foi objeto de pesquisa do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) em atendimento a uma demanda da Caixa Econômica Federal (CEF) que visava à elaboração, numa primeira etapa, de diagnósticos quantitativo e qualitativo do CH e região do entorno. Assim, o IETS foi a campo em dezembro de 2013 e entrevistou os moradores do conjunto no intuito de coletar dados que pudessem representar insumos a medidas de melhoria de bem-estar social para os habitantes do empreendimento.

A pesquisa do IETS, intitulada “Mais Valdariosa”, utilizou um questionário contendo 165 perguntas que abrangem temas como: domicílio e território, características pessoais e arranjo familiar, educação, trabalho e rendimento, renda, saúde, segurança e conflitos, convivência nos condomínios e capital social. Em vista do tamanho do questionário e da variedade dos temas, a referida pesquisa de campo obteve como resultado uma extensa base de dados contendo informações relevantes como: composição da renda domiciliar, escolaridade, acesso a serviços básicos, percepção e comportamento diante de conflitos no local.

No que tange à metodologia utilizada neste trabalho, buscou-se explorar o arcabouço teórico relacionado ao tema da vulnerabilidade social, bem como estabelecer um diálogo com os dados quantitativos reunidos pela pesquisa de campo do IETS. Desse modo, objetivou-se se verificar em que medida os argumentos teóricos de Kaztman e Granovetter podem ser utilizados para ajudar a compreender a situação dos moradores dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Para isso foram analisados dados que englobam renda domiciliar, escolaridade, acesso ao mercado de trabalho e, ainda, o orçamento básico necessário à permanência dos habitantes no CH. Nesse sentido, pretende-se inferir sobre a sustentabilidade social da moradia desses indivíduos nos empreendimentos construídos no âmbito do PMCMV.

Assim, acredita-se que o presente estudo contribui como reflexão crítica sobre a eficácia da política nacional de habitação vigente na medida em que se

conseguir verificar em que medida ela modifica ou reitera a condição de vulnerabilidade social dos “beneficiados” pelo PMCMV.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As referências teóricas deste trabalho são, principalmente, trabalhos de Rubén Kaztman e Mark Granovetter. Suas ideias serão apresentadas nesta seção.

Rubén Kaztman

Segundo Kaztman, a conceituação de vulnerabilidade social representou um caminho para o estudo das diferenças existentes entre os pobres. Sobretudo, tornou possível uma análise do cenário subjacente a essa heterogeneidade, fomentando um entendimento mais aprofundado sobre as situações que sustentam e alimentam uma condição de isolamento social.

De forma abrangente, entende-se a situação de vulnerabilidade social como uma fragilidade diante de reveses socioeconômicos. De modo semelhante, representaria uma condição de deriva diante de forças alheias ao indivíduo e que suprimem sua autonomia com relação à condução e gestão da própria existência social.

Nas palavras do autor:

La idea más general de vulnerabilidad [...] remite a un estado de los hogares que varía en relación inversa a su capacidad para controlar las fuerzas que modelan su propio destino, o para contrarrestar sus efectos sobre el bienestar (KAZTMAN, 2000, p. 278).

De forma mais específica, Kaztman define vulnerabilidade social como os fatores responsáveis pela permanência em situações de incapacidade no acesso a estruturas de oportunidades¹ oferecidas pelo mercado, sociedade,

¹ Conforme Kaztman: “Las estructuras de oportunidades se definen como probabilidades de acceso a bienes, servicios o a actividades que inciden sobre el bienestar del hogar porque le facilitan el uso de recursos propios o le suministran recursos nuevos, útiles para la movilidad e integración social a través de los canales existentes.” (KAZTMAN, 2000, p. 299)

Estado e, ainda, pelos ativos provenientes dos domicílios. O proveito dessas estruturas de oportunidades conduziria ao aumento de bem-estar de modo progressivo, visto que o acesso a certos bens, serviços e atividades facilita o acesso a outros bens, serviços e atividades conformando, assim, um ciclo virtuoso. À vista disso, a ocorrência, em um contexto histórico, de obstáculos ao aproveitamento dessas oportunidades oferecidas pelo mercado, Estado e sociedade promove uma sinergia negativa entre os processos e, como resultado, há a determinação de uma situação de vulnerabilidade social.

[...] la noción de vulnerabilidad se centra en los determinantes de esas situaciones, las que se presentan como resultado de un defasaje o asincronía entre los requerimientos de acceso de las estructuras de oportunidades que brindan el mercado, el Estado y la sociedad y los activos de los hogares que permitirían aprovechar tales oportunidades (KAZTMAN, 2000, p. 278).

O descompasso decorrente do não aproveitamento das oportunidades dispostas pelo mercado pode ser entendido como o desencontro entre as crescentes demandas do mercado de trabalho, fruto de transformações na estrutura produtiva, e as oportunidades de qualificação profissional ao alcance dos indivíduos. Configura-se, desse modo, cenário de instabilidade no mercado de trabalho e tendência a precarização das relações de trabalho. Tal dinâmica acarreta marginalização de certos grupos que passam a não compartilhar do mesmo acúmulo de capital social que o resto da sociedade.

Segundo Kaztman, a noção de capital social de uma pessoa é definida como “su capacidad para movilizar la voluntad de otras personas em su beneficio sin recurrir a la fuerza o a la amenaza de fuerza” (KAZTMAN, 2000, p. 285). E ainda, “sus usos [capital social] se encuentran fuertemente imbricados y acotados por la propia red de relaciones que define dicha forma de capital” (KAZTMAN, 2000, p. 296).

Nesse contexto, a acumulação de capital social que um indivíduo seria capaz de empreender estaria diretamente associada a três fatores principais. O primeiro seria a extensão dos direitos e deveres do indivíduo que possibilita a obtenção de recursos de outros indivíduos com os quais se relaciona. O segundo, a força dos laços que unem essas pessoas em rede, bem como o rigor com que instituições regulam essas interações. O terceiro consiste na qualidade dos recursos que circulam em rede no sentido de serem eles mais

ou menos capazes de contribuir para que os indivíduos alcancem seus objetivos.

Em comparação com o capital físico² e o humano³, Kaztman considera o capital social o menos alienável dos três ativos⁴. Pois, enquanto o capital físico se concentra nos direitos do indivíduo e o capital humano, no próprio indivíduo, o capital social está centrado nas relações interpessoais que o indivíduo estabelece na sociedade. Portanto, como esse ativo se mostra estritamente dependente do vínculo entre a pessoa e a sociedade, numa situação de marginalização ou isolamento social dos mais vulneráveis, percebe-se seu enfraquecimento.

No que tange à estrutura de oportunidades que a sociedade disponibiliza aos indivíduos, compreendem-se medidas que fomentem relações interpessoais de apoio mútuo. Exemplo disso são ações coletivas de caráter solidário que visam ao acúmulo de capital social como, por exemplo, as relações familiares ou as baseadas em identificação étnica ou religiosa.

Desse modo, a partir de uma alteração nessa estrutura de oportunidades, há um fortalecimento ou enfraquecimento no incentivo aos vínculos entre indivíduos de uma mesma sociedade. Por conseguinte, a acumulação de capital social pode ser intensificada ou atrofiada a depender do aproveitamento das oportunidades oferecidas pela sociedade. Sendo o nível de aproveitamento bastante correlacionado ao grau de inserção de cada indivíduo no grupo social. Ou seja, um processo de segmentação social reduz significativamente a probabilidade de sociabilidade informal entre as classes sociais e pode resultar, sobretudo, em isolamento dos mais vulneráveis com relação à corrente

² Conforme Kaztman: "Dentro de este tipo se pueden distinguir dos modalidades, el capital financiero y el físico propiamente dicho. El capital financiero se refiere a recursos tales como los ahorros monetarios, rentas y acceso a créditos, acciones, bonos, etc. [...] El capital físico se refiere básicamente de bienes materiales que incluyen la vivienda, animales, maquinarias, medios propios de transporte, etc." (KAZTMAN, 2000, p. 294 e 295).

³ Conforme Kaztman: "A nivel individual, el estado de salud, las calificaciones, destrezas y habilidades son atributos básicos de este tipo de activos, pero también lo son algunos contenidos mentales que envuelven motivaciones, creencias y actitudes. [...] A nivel de los hogares, uno de los activos más importantes es la cantidad de trabajo potencial y sus cualidades y probabilidades de realización y valorización en el mercado dados los atributos educativos y de salud de cada uno de los miembros así como la capacidad colectiva de movilizarlos en forma articulada." (KAZTMAN, 2000, p. 295).

⁴ Conforme Kaztman: "Por activos se entiende el conjunto de recursos, materiales e inmateriales, sobre los cuales los individuos y los hogares poseen control, y cuya movilización permite mejorar su situación de bienestar, evitar el deterioro de sus condiciones de vida, o bien disminuir su vulnerabilidad." (KAZTMAN, 2000, p. 294).

principal da sociedade. Fica, assim, obstaculizado o aproveitamento da estrutura de oportunidades por parte dessas pessoas, comprometendo seu acúmulo de capital social. É importante também salientar que esse processo pode ocorrer independentemente do aproveitamento ou não de oportunidades oferecidas pelo mercado ou pelo Estado.

Finalmente, em se tratando da estrutura de oportunidades disponibilizada pelo Estado, tem-se aqui a principal fonte de ativos para os integrantes de uma sociedade. Tal característica assume sua expressão máxima na figura do Estado de bem-estar social. Nesse sentido, Kaztman (2000) afirma que ao Estado são atribuídos diversos papéis, tais como o de estruturador, empregador, provedor direto, indireto e regulador. Como estruturador, o Estado é responsável, por exemplo, pela definição de requisitos à inserção no mercado de trabalho formal e à obtenção de benefícios em seguridade social, bem como por impor contrapartidas à concessão de benefícios. Como empregador, o Estado determina como será o acesso ao emprego estável e com ampla cobertura de benefícios. Como provedor direto de capital físico e recursos humanos, destacam-se a elaboração das políticas habitacional, educacional e de saúde pública. Como provedor indireto, formula regras à concessão de crédito a microempresas, financiamento de imóveis, entre outros. Como regulador, o Estado tem a função de fiscalizar o funcionamento de outras fontes de ativos como o uso de espaços públicos, o desempenho de instituições da sociedade civil, assim como a correção de falhas de mercado.

Em resumo, pode-se afirmar que em cada um desses segmentos – mercado, sociedade e Estado – há uma oferta de recursos ou oportunidades de acesso a bens e serviços em prol de uma participação ativa da vida em sociedade. No entanto, deve-se notar que as estruturas de oportunidades mais representativas surgem com base na dinâmica de funcionamento entre os três segmentos. Isto é, a partir do princípio de que o acesso a certos ativos determina o acesso a outros ativos numa progressão crescente, essa dinâmica acabaria por determinar que os três segmentos atuassem de forma harmônica a fim de preservar a manutenção desse ciclo virtuoso.

Nota-se que, enquanto a dificuldade em aproveitar as oportunidades produzidas pelo mercado produz instabilidade e precarização das relações de

trabalho, a dificuldade no aproveitamento das oportunidades forjadas no âmbito da sociedade ou do Estado promove situação de desamparo e insegurança. Vale ressaltar que estes três processos ocorrem de forma independente e que, segundo Kaztman, somente quando ocorrem juntos e em um mesmo contexto histórico, é que acontece a sinergia negativa entre eles que determina a condição de vulnerabilidade social.

Assim como Rubén Kaztman, Mark Granovetter também busca identificar cenários subjacentes a situações de vulnerabilidade social conforme exposto a seguir.

Mark Granovetter

Sua teoria intitulada “the strength of weak ties” analisa a questão da vulnerabilidade social sob o prisma da rede de relações interpessoais e o consequente acúmulo de capital social provocado por esses vínculos. Em outras palavras, a condição socioeconômica de um indivíduo ou de um grupo estaria fortemente atrelada a sua capacidade de criar e cultivar determinados laços sociais.

De modo geral, Granovetter propõe uma análise do potencial que certos indivíduos ou grupos têm de estabelecer laços sociais, sendo estes classificados de acordo com o grau de envolvimento entre os seus integrantes. Dado esse potencial, o autor afirma ser possível inferir a respeito do acesso ao capital social proveniente desses vínculos. Ademais, de acordo com o argumento de Granovetter a qualificação desses laços sociais assume um papel primordial na definição da condição socioeconômica das pessoas.

O autor qualifica os laços sociais como sendo fortes⁵ ou fracos. O primeiro seria fruto de uma relação de proximidade baseada em aspectos como: identificação mútua, tempo de dedicação, carga emocional intensa e intimidade entre os indivíduos que formam o laço. O segundo, uma relação entre sujeitos

⁵ Conforme Mark Granovetter: “[...] the strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity, the intimacy (mutual confiding), and the reciprocal services which characterize the tie.” (GRANOVETTER, 1973, p. 1.361)

considerados apenas como “conhecidos”, ou seja, uma relação marcada por um significativo distanciamento.

Granovetter parte da premissa de que cada laço formado é independente de outros já existentes ou que venham a ocorrer, embora a rede social formada por esses laços possa assumir uma intensa intracorelação. Para compreender esse raciocínio é preciso perceber que a probabilidade de que os “conhecidos” de um indivíduo cultivem relações sociais entre eles é consideravelmente menor do que a probabilidade de que os amigos íntimos desse mesmo indivíduo formem laços entre eles.

Nas palavras do autor:

The argument asserts that our acquaintances (weak ties) are less likely to be socially involved with one another than are our close friends (strong ties). Thus the set of people made up of any individual and his or her acquaintances comprises a low-density network (one in which many of the possible relational lines are absent) whereas the set consisting of the same individual and his or her close friends will be densely knit (many of the possible lines are present) (GRANOVETTER, 1983, p. 201 e 202).

Nesse sentido, deduz-se que a rede social formada por um indivíduo e seus amigos íntimos tende a ser mais “densa”, isto é, rica em vínculos igualmente fortes entre os seus componentes. Enquanto a rede social constituída pelo mesmo indivíduo e seus conhecidos tende a ser menos intracorelacionada e, portanto, com mais vínculos ausentes. Em razão disso, há uma tendência de que os integrantes de uma rede social repleta de laços fortes compartilhem conhecimentos e opiniões semelhantes, dada a sua identificação mútua e relação próxima⁶. Assim, o autor afirma que estruturas sociais homogêneas em algum aspecto ou repletas de laços fortes tendem a sofrer por falta de informação que venha de fora do seu “meio”. Isto quer dizer que esses grupos acabariam sendo privados de conhecimentos “novos” advindos de outros grupos sociais.

Em se tratando da circulação de informações em uma sociedade, imagina-se que com quanto mais pessoas um indivíduo mantiver relações melhor será seu

⁶ Conforme Granovetter: “The hypothesis is made plausible also by empirical evidence that the stronger the tie connecting two individuals, the more similar they are in various ways (GRANOVETTER, 1973, p. 1.362 apud BERSCHIED and WALSTER, 1969, p. 69-91; LAUMANN, 1968; NEWCOMB, 1961, cap. 5; PRECKER, 1952).”

acesso ao conhecimento proveniente de diversos nichos sociais. No entanto, partindo do argumento de Granovetter, para que esse raciocínio esteja correto seria preciso que esse indivíduo mantivesse, necessariamente, laços fracos. São estes os vínculos que fariam com que a circulação de informações em uma sociedade fosse a mais eficiente possível, pois os laços fracos funcionam como uma “ponte” que liga duas redes sociais intracorrelacionadas e isoladas uma da outra. Entende-se, assim, que a maior presença de laços fracos numa estrutura social propicia que ideias que surjam em determinados grupos possam circular em outros nichos sociais com maior velocidade.

[...] individuals with few weak ties will be deprived of information from distant parts of the social system and will be confined to the provincial news and views of their close friends. This deprivation will not only insulate them from the latest ideas and fashions but may put them in a disadvantaged position in the labor market, where advancement can depend, as I have documented elsewhere (1974), on knowing about appropriate job openings at just the right time (GRANOVETTER, 1983, p. 202).

Granovetter evidencia ainda a dificuldade que os indivíduos dotados de poucas “pontes” (laços fracos) têm em aderir ou organizar movimentos sociais de qualquer tipo, visto que tal informação frequentemente circula com maior intensidade por meio das relações de amizade, representadas por laços fortes. Dessa maneira, indivíduos que cultivam laços em dois ou três círculos sociais diferentes teriam mais possibilidades de acesso a tais movimentos e poderiam dar voz ao que reconhecem como suas necessidades, bem como a seus direitos civis.

Outro ponto crucial da teoria do autor e que vai de encontro ao propósito deste trabalho é o papel dos laços sociais no acesso ao mercado de trabalho, bem como na mobilidade social desses indivíduos. Assim como a presença de laços fracos propicia a difusão rápida do conhecimento entre diferentes grupos sociais, o mesmo ocorre com relação ao preenchimento das vagas de emprego disponíveis no mercado. Nesse sentido, a possibilidade de um indivíduo conquistar uma vaga no mercado de trabalho para a qual se encontra devidamente qualificado depende não apenas da existência desta vaga, mas também da rápida circulação da informação. Isto quer dizer que é de suma importância que esse indivíduo tome ciência da existência dessa oportunidade e, para tanto, a presença de laços fracos se torna essencial. Tal argumento se

baseia no fato de que o indivíduo dotado de poucos laços fracos pode não ter acesso aos grupos sociais onde essa informação poderia estar circulando. Logo, percebe-se que a presença de laços fracos tem também impacto significativo no acúmulo de capital social por parte das pessoas que acessam as oportunidades disponíveis no mercado de trabalho.

Pode-se, ainda, expandir esse raciocínio para outras esferas como, por exemplo, educação e saúde, consideradas fontes de capital social. Assim, o acesso a serviços básicos está também relacionado à presença de laços fracos que possibilitam a eficiente difusão do conhecimento em uma estrutura social heterogênea. E, desse modo, tem-se o acúmulo de capital social por parte de indivíduos que acessam tais serviços.

A hipótese adotada nesse trabalho é a de que os moradores do CH Parque Valdariosa compõem um grupo social marcado por laços fortes em detrimento de laços fracos, dada a intensa identificação socioeconômica de seus habitantes e o isolamento espacial do empreendimento. Consequentemente, percebe-se uma escassez de oportunidades aos moradores para que eles se articulem em prol de objetivos comuns. Pois, quando as informações estão confinadas em certos grupos, fica impossibilitado o entendimento mais amplo de questões sociais, dificultando, assim, o acúmulo de capital social e o combate a situações de vulnerabilidade social.

3. O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE VALDARIOSA

O Programa Minha Casa, Minha Vida

Conforme a Lei nº 11.977/2009 que dispõe sobre o PMCMV:

Art. 2º O PMCMV tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos Municípios brasileiros (BRASIL, 2009).

A redação da lei supracitada sofreu alterações em 2010 e 2011, as quais conduziram a uma ampliação de sua finalidade *pari passu* a uma restrição de

seu público-alvo. A partir do texto da Lei nº 12.424/2011, o PMCMV passa a englobar não apenas a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, mas também a requalificação de imóveis urbanos e a construção ou reforma de habitações rurais. No entanto, o público-alvo se torna restrito às famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00, em contraste com o critério adotado anteriormente – famílias com renda mensal de até dez salários mínimos.

O PMCMV é constituído por dois subprogramas: o Programa Nacional de Habitação Urbana⁷ (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural⁸ (PNHR), ambos operacionalizados pela CEF. Através da lei de 2009, a União é autorizada a realizar transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), bem como a participar do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab). Há, ainda, o compromisso por parte do governo federal em financiar projetos de habitação popular via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Os recursos transferidos pela União ao FAR são limitados em R\$ 16.500.000.000,00 enquanto os recursos transferidos ao FDS, em R\$ 500.000.000,00⁹. A participação da União no FGHab é autorizada até o limite de R\$ 2.000.000.000,00, montante este responsável pela garantia do pagamento aos agentes financeiros em caso de calote por parte do mutuário final. Ademais, o FGHab também se compromete a assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte ou invalidez permanente do mutuário.

É importante salientar que as unidades habitacionais produzidas no âmbito do PMCMV decorrem de iniciativa das construtoras contratadas pela CEF que definem localização, projeto e público-alvo. Os projetos aprovados são integralmente pagos pela CEF, através dos recursos transferidos ao FAR. É permitida às construtoras, portanto, a especulação sobre sua margem de lucro

⁷ Conforme Lei nº 13.043/2014: “Art. 4º O Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos, desde 14 de abril de 2009.” e “Art. 16. A gestão operacional do PNHR será efetuada pela Caixa Econômica Federal”.

⁸ Conforme Lei nº 13.043/2014: “Art. 11. O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, desde 14 de abril de 2009”.

⁹ Conforme redação dada pela Lei nº 12.424/2011.

via redução de custos, seja através da opção por terrenos pouco infraestruturados e periféricos ou pela concepção de projetos pouco elaborados.

Atualmente, o PMCMV, na área urbana, divide os beneficiários em três faixas de renda. A faixa I condiz com famílias cuja renda mensal seja de até R\$ 1.600,00, a faixa II, até R\$ 3.275,00 e a faixa III, até R\$ 5.000,00. A seleção dos beneficiários, no caso da faixa I, fica a cargo das Prefeituras, através do cadastro de interessados na sede administrativa do município. Para as faixas II e III, a venda das unidades habitacionais é realizada diretamente com as construtoras respeitando a lógica de mercado e seu financiamento se dá por meio dos recursos do FGTS.

Nesse sentido, entende-se que o PMCMV se apresenta como política habitacional, mas sem ignorar seu potencial econômico no que tange ao enfrentamento da crise internacional que se iniciou em 2008. Dessa forma, o programa assume contornos de política anticíclica ao fomentar o setor da construção civil, fortemente encadeado com outros setores da economia (CAMARGO, 2013, p. 77). Sendo criado, dessa maneira, segundo a concepção do projeto, um ciclo virtuoso de aquecimento da demanda agregada da economia.

O conjunto habitacional Parque Valdariosa

O CH Parque Valdariosa, localizado no município de Queimados, teve sua construção finalizada em 2012, no âmbito do PMCMV. O Município, integrante da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), foi o primeiro da Baixada Fluminense (BF) a assinar convênio com o Ministério das Cidades e a CEF com o objetivo de construir moradias através do PMCMV.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de Queimados é de 142.709¹⁰ pessoas, representando,

¹⁰ Consulta realizada em 19/03/2015 através do endereço eletrônico:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330414>

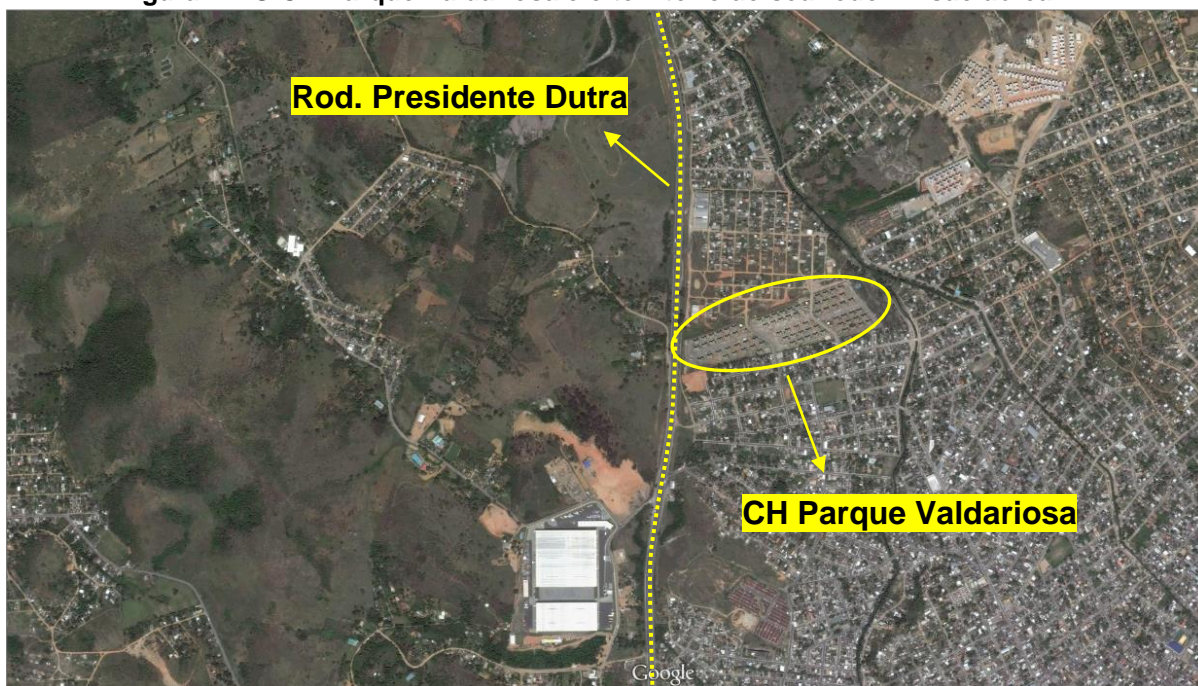
aproximadamente, 1,2% da população residente na RMRJ¹¹. O Município dista cerca de 50 km da área central da capital do Estado e seus Municípios vizinhos são Seropédica, Japeri e Nova Iguaçu. Assim como os demais municípios da BF, Queimados se estruturou em torno da capital do Estado devido a sua economia mais dinâmica e melhor estrutura de oportunidades. Tal cenário induz o morador a buscar uma vaga de emprego além das fronteiras do município caracterizando Queimados, assim, como cidade dormitório e periférica.

O CH em questão, situado no bairro Valdariosa, é formado por três condomínios (A, B e C ou I, II e III), constituídos por vinte e cinco edifícios que abrigam vinte e cinco apartamentos cada um. Logo, as unidades habitacionais totalizam 1.500, todas elas dotadas de iguais dimensões e número de cômodos, quais sejam: dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

O empreendimento foi construído em território periférico e carente de infraestrutura urbana. Embora o CH se situe próximo ao centro de Queimados, ele apresenta grave escassez de bens e serviços públicos, definindo sua área como periférica. O bairro Valdariosa, em especial, configura-se como uma região onde predomina uma população de baixa renda, infraestrutura urbana precária, poucas ruas asfaltadas e, ainda, um comércio incipiente. Ademais, não há fácil acesso à rodovia Presidente Dutra, que tangencia o CH, além de grande parte do território do lado oposto da rodovia ser predominantemente não urbanizado. As figuras 1 e 2 ilustram o posicionamento do CH perante o território onde o empreendimento se localiza.

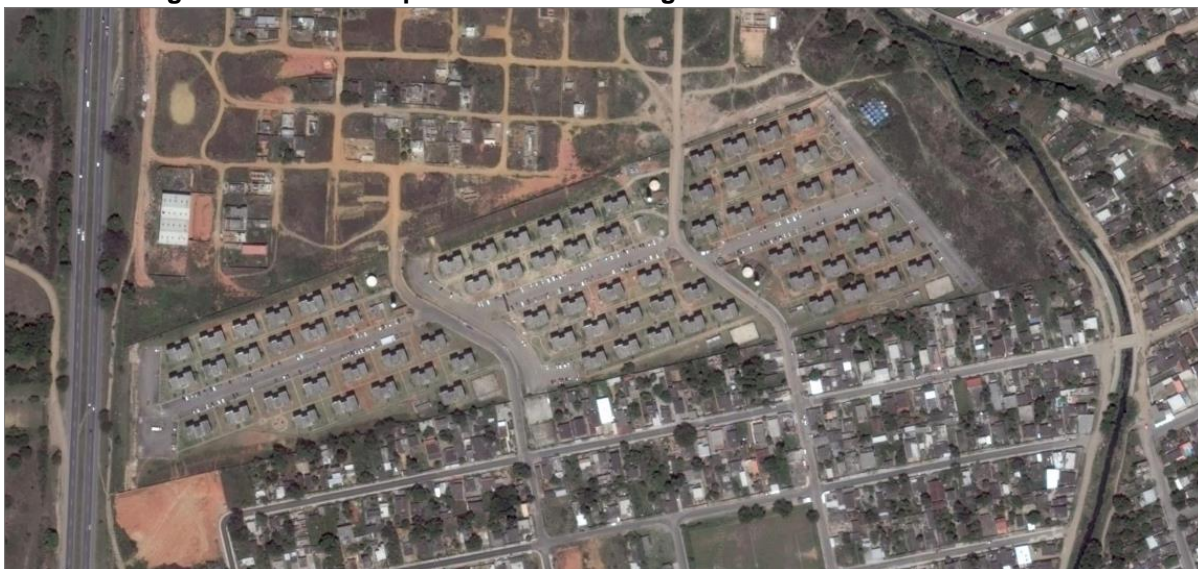
¹¹ Consulta realizada em 19/03/2015 através do endereço eletrônico:
<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2704>

Figura 1 – O CH Parque Valdariosa e o território ao seu redor: visão aérea.



Fonte: *Google*. Extraído em 13/03/2015.

Figura 2 – O CH Parque Valdariosa e a região do entorno: visão aérea.



Fonte: *Google*. Extraído em 13/03/2015.

Através da pesquisa de campo realizada pelo IETS, verifica-se que os habitantes do CH constituem um grupo heterogêneo quando considerada a origem dos beneficiários desse empreendimento do PMCMV. Percebe-se a presença de famílias provenientes de áreas informais, áreas de risco, pessoas que se encontravam em situação de rua ou ainda as que habitavam domicílios privados, porém sem a propriedade do imóvel. No entanto, todas as famílias que foram viver no CH deveriam se situar na faixa de renda domiciliar de zero a três salários mínimos.

Para além da heterogeneidade entre os moradores do CH, a maior parte dos beneficiários têm enfrentado problemas em se manter nesse ambiente, sejam eles de ordem financeira ou de adaptação à moradia formalizada. Nesse sentido, a questão da sustentabilidade financeira é a mais recorrente e se materializa, dentre outros exemplos, na significativa inadimplência da taxa condominial.

O não pagamento de taxas, tributos e serviços pode estar associado, ainda, à dificuldade que esses indivíduos apresentam em compreender a necessidade desses compromissos sociais. Pois, dado que muitas famílias viviam em áreas informais dotadas de regras próprias e economia local, a transição à plena formalidade no ato de morar pode significar um grande obstáculo social. Ademais, tal cenário contribui para que os moradores do CH sejam estigmatizados pelos habitantes da região do entorno, caracterizada por famílias que habitam o bairro há décadas.

A seguir, as figuras 3, 4 e 5 revelam o espaço interno do CH.

Figura 3 – O CH Parque Valdariosa: uma das ruas que separam áreas repletas de edifícios.



Fonte: Imagem de 24/09/2014. Acervo próprio.

Figura 4 – O CH Parque Valdariosa: alguns edifícios e sua área comum.



Fonte: Imagem de 24/09/2014. Acervo próprio.

Figura 5 – O CH Parque Valdariosa: um dos 75 edifícios.



Fonte: Imagem de 24/09/2014. Acervo próprio.

Apresentação dos dados

Nesta seção será evidenciada parte dos dados referentes à pesquisa de campo realizada pelo IETS em dezembro de 2013 no intuito de estabelecer um diálogo com o referencial teórico sobre o tema da vulnerabilidade social. Com esse objetivo, serão analisadas informações sobre renda domiciliar, acesso ao

mercado de trabalho formal, anos de escolaridade e despesas básicas para a continuidade da moradia no CH.

Em um primeiro momento, serão apresentados de forma geral os dados com relação à população que habita o CH Parque Valdariosa e foi entrevistada pela equipe do IETS. Em um segundo momento, os moradores do CH serão agrupados em quatro subconjuntos distintos, a fim de explicitar a heterogeneidade da população do CH sem deixar de lado, no entanto, os obstáculos compartilhados pela totalidade dos moradores do empreendimento.

Sobre a pesquisa de campo realizada pelo IETS, ressalta-se que os dados representam a realidade de 1.284 domicílios dos 1.500 que compreendem o CH Parque Valdariosa. As entrevistas ocorreram face a face e com o auxílio de um questionário contendo 165 perguntas abrangendo os mais diversos temas.

Com relação ao tratamento dispensado aos dados a serem expostos adiante, é de suma importância a listagem das premissas adotadas nos cálculos.

- Foram expurgados da base de dados os domicílios considerados *outliers*, isto é, aqueles que não atendiam ao pré-requisito que determina que os beneficiários do PMCMV tenham renda do trabalho domiciliar situada na faixa de zero a três salários mínimos¹²;
- Foram expurgados da base de dados os domicílios onde o chefe de família não declarou a renda domiciliar;
- Foram expurgadas da base de dados as informações que claramente não condiziam com a realidade;
- O custo mensal de gás foi estimado levando-se em conta o preço médio de R\$ 45,60, apurado em dezembro de 2013. Considerou-se, ainda, o gasto médio de um fogão doméstico como 0,225 Kg/h¹³, em temperatura média, e o uso de 60 horas por mês;
- O custo mensal com transporte foi estimado como uma média envolvendo o quantitativo de usuários de cada meio de transporte

¹² O salário mínimo em dezembro de 2013 era de R\$ 674, conforme Decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012.

¹³ Fonte:

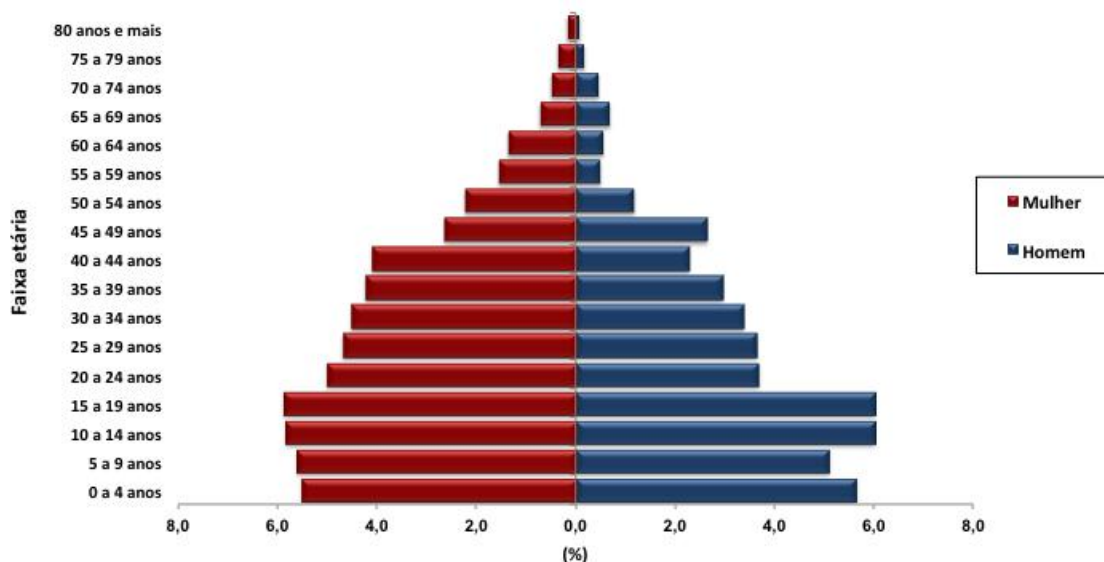
http://www.liquigas.com.br/wps/portal!/ut/p/c0/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hvPwMjlw93lwN_Cy9TAyM_L6_AAPNAI39zE_2CbEdFAPmfWrg!/#1 Qual é o consumo de gás, tendo o forno aceso (fogão doméstico) por 1 hora em (i) fogo baixo, (ii) fogo médio e (iii) fogo alto?

declarado e o valor gasto na ida e volta do local onde realiza a sua ocupação principal. No caso de maior recorrência, o ônibus, foram consideradas, em média, 3 passagens diárias a preços de dezembro de 2013 nas linhas municipais e intermunicipais;

- A tarifa referente ao uso da água está inclusa na taxa condominial;
- A renda domiciliar é o somatório das rendas dos moradores do domicílio;
- A renda total é a soma da renda do trabalho e das rendas complementares (pensão, seguro desemprego, benefícios de programas sociais, ajuda em dinheiro de não morador, entre outros); e
- O valor do 13º salário declarado pelos entrevistados, em dezembro de 2013, como parte da renda complementar domiciliar, foi rateado em 12 meses com o objetivo de não distorcer a renda complementar mensal.

A fim de iniciar a apresentação dos dados, é importante quantificar os moradores do CH Parque Valdariosa em termos de sexo e idade. Desse modo, o gráfico 1 nos apresenta a pirâmide etária dessa população.

Gráfico 1 – Pirâmide etária dos moradores do CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013.



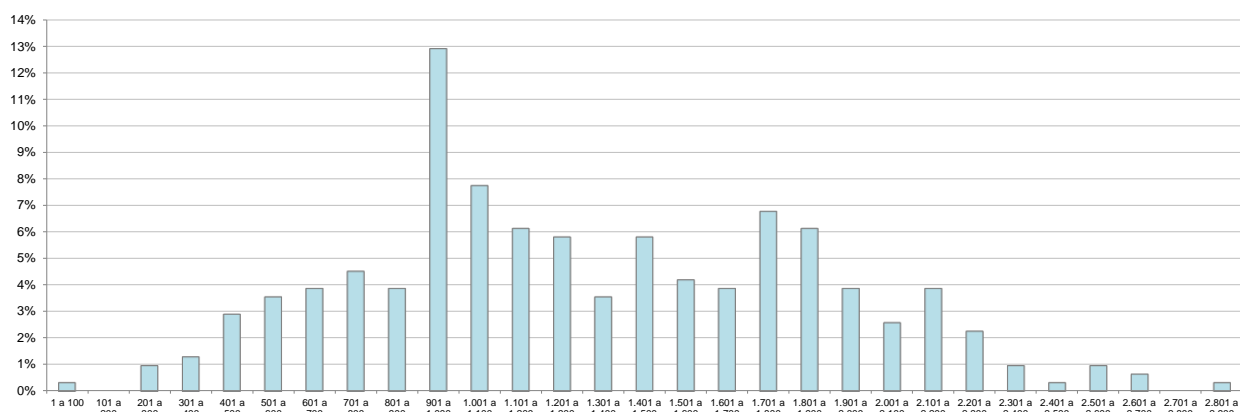
Fonte: IETS, 2014.

Verifica-se um maior percentual de mulheres em praticamente todas as faixas etárias exibidas na pirâmide. Há, ainda, a expressiva presença de crianças e jovens nas faixas compreendidas entre 0 a 19 anos e um número reduzido de pessoas a partir da faixa de 45 a 49 anos. Os percentuais relativos às faixas entre 20 a 44 anos apresentam progressiva e sutil diminuição com relação aos

mais jovens, o que reforça ainda mais a forte presença da população potencialmente ativa¹⁴ no CH. Dessa forma, o acesso ao mercado de trabalho e à educação ganham ainda maior atenção nesse ambiente com grande número de jovens.

No que tange à renda total domiciliar¹⁵, o gráfico 2 apresenta a distribuição segundo o percentual de domicílios do CH que auferem cada faixa de renda. Quando se considera apenas a renda domiciliar proveniente do trabalho, os valores sofrem um declínio significativo (gráfico 3).

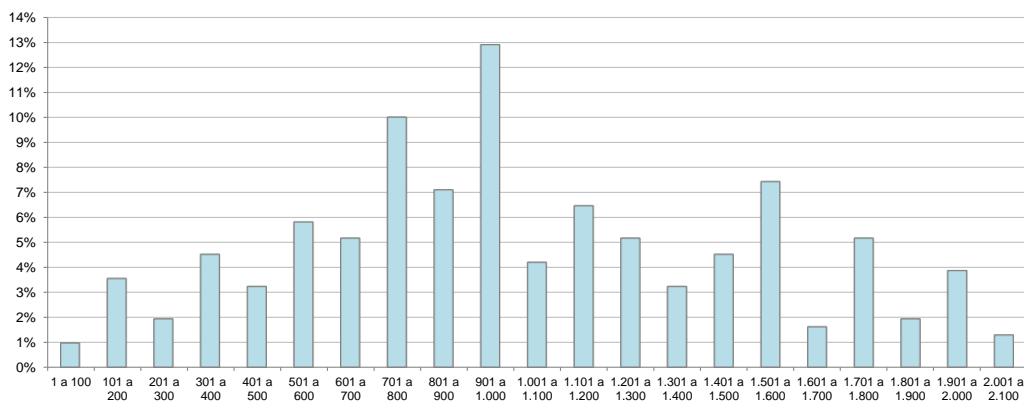
Gráfico 2 – Distribuição da renda total domiciliar no CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013 (em R\$).



*Excluídos os domicílios considerados outliers (renda do trabalho domiciliar maior que 3 SMs).
 **Renda domiciliar total = renda do trabalho domiciliar + renda complementar domiciliar.

Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 3 – Distribuição da renda do trabalho domiciliar no CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013 (em R\$).



*Excluídos os domicílios considerados outliers (renda do trabalho domiciliar maior que 3 SMs).

Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

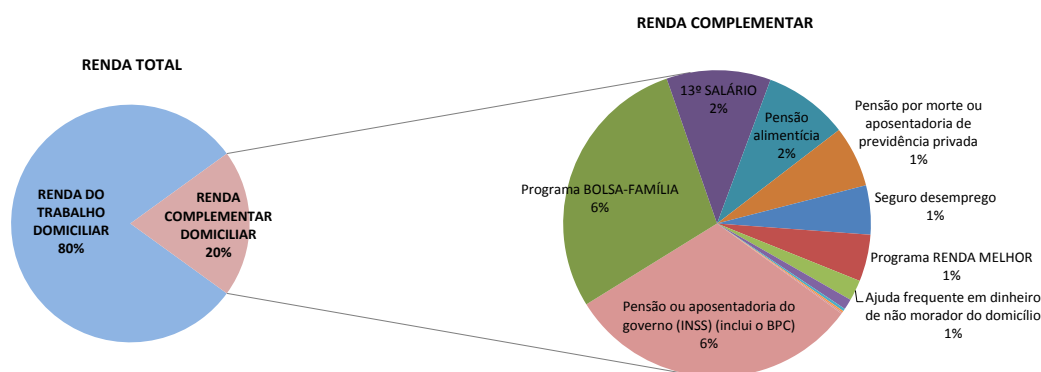
¹⁴ Conforme IBGE, a população potencialmente ativa é representada pelos indivíduos na faixa de 15 a 64 anos de idade.

¹⁵ Renda total domiciliar é a soma da renda do trabalho domiciliar e a renda complementar domiciliar.

A partir da análise dos gráficos 2 e 3 fica clara a heterogeneidade com relação à distribuição da renda entre os domicílios do CH. Nesse sentido, tanto a renda total quanto a renda do trabalho não se encontram concentradas em uma maioria de domicílios com valor da renda similar. Há, pelo contrário, um percentual significativo de domicílios na maioria das faixas de renda observadas.

Nota-se, ainda, o expressivo montante referente à renda complementar domiciliar, tornando pertinente a análise da composição dessa renda, bem como o seu percentual perante a renda total domiciliar. O gráfico 4 ilustra essa composição.

Gráfico 4 – Composição das rendas total e complementar média no CH Parque Valdariosa em dezembro de 2013 (em R\$).



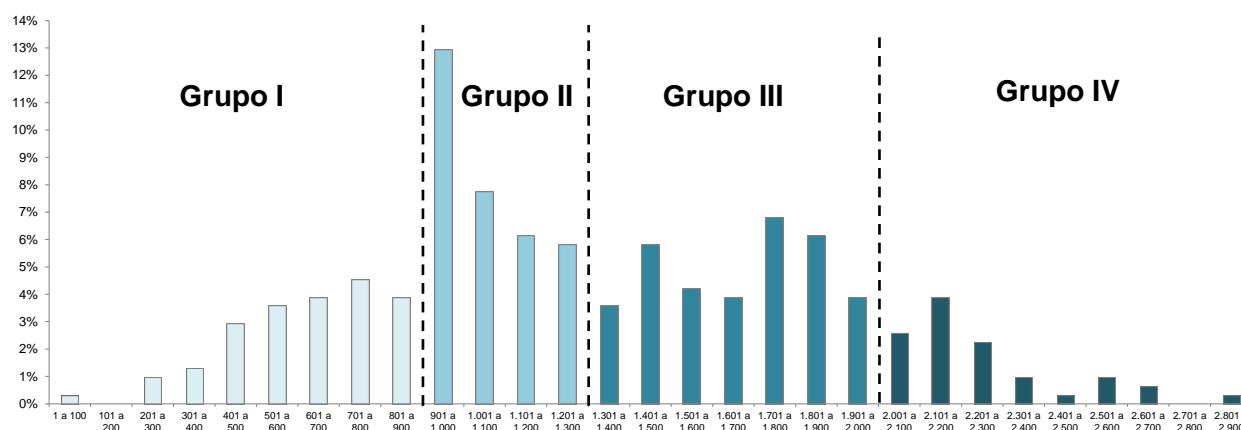
*Excluídos do cálculo da renda média os domicílios considerados outliers (renda domiciliar do trabalho maior que 3 SMs).
 **Renda domiciliar total = renda do trabalho domiciliar + renda complementar domiciliar.

Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Sobre a fração da renda total domiciliar média proveniente de rendas complementares, percebe-se que 20% da renda total domiciliar média advém de renda complementar. Diante disso, é significativo o peso do recebimento de pensão ou aposentadoria do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), incluído o Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo esses os itens de maior representatividade na composição da renda complementar média dos domicílios. Em seguida, constata-se, ainda, a relevância da transferência de renda recebida por grande parte dos domicílios no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF). Ambos os complementos, pensão ou aposentadoria do governo e transferência via PBF, representam aproximadamente 12% da renda total média dos domicílios do CH.

Com o objetivo de explicitar a heterogeneidade da população do CH em relação a sua sustentabilidade financeira e vulnerabilidade social, os domicílios foram separados em quatro grupos distintos conforme as faixas de renda total domiciliar. A saber, o Grupo I representa os domicílios cuja renda total se situa na faixa de R\$ 0 a R\$ 900, o Grupo II, R\$ 901 a R\$ 1.300, o Grupo III, R\$ 1.301 a R\$ 2.000 e, por último, o Grupo IV se situa na faixa acima de R\$ 2.001. O gráfico 5, a seguir, ilustra essa separação.

Gráfico 5 – Determinação dos quatro grupos de renda total domiciliar do CH Parque Valdriosa em dezembro de 2013 (em R\$).



*Excluídos os domicílios considerados outliers (renda do trabalho domiciliar maior que 3 SMs).
 **Renda domiciliar total = renda do trabalho domiciliar + renda complementar domiciliar.

Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

A tabela 1, abaixo, quantifica o número de domicílios e moradores representados em cada um dos grupos de renda, bem como os percentuais com relação ao total.

Tabela 1 – Número de domicílios e moradores representados por grupo de renda.

	Número de domicílios representados	(%)	Número de moradores representados	(%)
Grupo I	135	21	416	18
Grupo II	206	33	763	33
Grupo III	216	34	806	35
Grupo IV	76	12	310	14
Total	633	100	2.297	100

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

A seguir, serão introduzidos os dados referentes a cada um dos quatro grupos de renda total domiciliar. Ressalta-se que a análise desenvolvida adiante tem base em um perfil médio de cada um dos grupos. Além disso, respeitou-se o pré-requisito que determina que a renda do trabalho de cada domicílio deve

estar situada na faixa de zero a três salários mínimos em todos os domicílios que compõem os quatro grupos.

A apresentação dos dados dos grupos de renda total domiciliar seguirá a seguinte sequência: valores das rendas do trabalho, complementar e total domiciliar média; descrição do orçamento básico domiciliar médio; composição da renda total e complementar domiciliar; anos de estudo¹⁶ dos moradores do CH com mais de 25 anos; e tópicos relacionados ao mercado de trabalho.

A tabela 2, abaixo, apresenta valores referentes às rendas médias do trabalho, complementar e total para cada grupo. Verifica-se, através dessas informações, um aumento mais que proporcional da participação da renda complementar sobre a renda total conforme a evolução dos grupos de renda. Nesse sentido, tem-se um aumento progressivo dos percentuais de participação da renda complementar sobre a renda total, a ver: grupo I, 18%; grupo II, 18,8%; grupo III, 19%; e grupo IV, 24,7%. Esse ponto será retomado mais adiante.

Tabela 2 – Rendas do trabalho, complementar e total domiciliar média dos grupos de domicílios que compõem o CH Parque Valdariosa, em dezembro de 2013 (em R\$).

	Renda do trabalho domiciliar média	Renda complementar domiciliar média	Renda total domiciliar média
Grupo I	519,74	113,99	633,73
Grupo II	871,18	202,28	1.073,46
Grupo III	1.348,03	315,49	1.663,52
Grupo IV	1.697,89	557,21	2.255,11

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

As tabelas 3, 4, 5 e 6, abaixo, exibem as despesas domiciliares consideradas básicas para cada um dos grupos. O somatório dessas despesas conformam um orçamento domiciliar básico necessário à permanência dos moradores no CH. A segunda coluna das tabelas apresenta os valores médios de cada item descrito na primeira coluna, sendo o custo de gás e de transporte estimados conforme premissa descrita no início desta seção. A tarifa do uso da água está incluída na taxa condominial. A terceira e quarta colunas detalham os valores

¹⁶ Anos de estudo: período estabelecido em função da série e do grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação (IBGE).

mínimo e máximo declarados pelos entrevistados com relação a cada item da primeira coluna.

Tabela 3 – Orçamento básico dos domicílios do Grupo I em dezembro de 2013 (em R\$).

	Média	Mínimo	Máximo
Taxa condominial	49,85	43,00	70,00
Água	9,43	3,00	43,00
Energia elétrica	61,58	8,00	153,00
Prestação de aquisição do imóvel	61,96	44,00	130,00
Gás (custo estimado)	47,35	47,35	47,35
TV à cabo	74,16	22,00	420,00
Internet	47,58	20,00	80,00
Transporte (custo estimado)	189,89	189,89	189,89
Total	541,80	377,25	1.133,25

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

Tabela 4 – Orçamento básico dos domicílios do Grupo II em dezembro de 2013 (em R\$).

	Média	Mínimo	Máximo
Taxa condominial	48,87	28,00	84,00
Água	8,70	5,00	49,00
Energia elétrica	67,50	9,00	200,00
Prestação de aquisição do imóvel	68,00	50,00	160,00
Gás (custo estimado)	47,35	47,35	47,35
TV à cabo	102,01	10,00	500,00
Internet	50,63	10,00	114,00
Transporte (custo estimado)	189,89	189,89	189,89
Total	582,95	349,25	1.344,25

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

Tabela 5 – Orçamento básico dos domicílios do Grupo III em dezembro de 2013 (em R\$).

	Média	Mínimo	Máximo
Taxa condominial	48,88	22,00	88,00
Água	9,18	6,00	70,00
Energia elétrica	73,32	8,00	270,00
Prestação de aquisição do imóvel	63,91	49,00	133,00
Gás (custo estimado)	47,35	47,35	47,35
TV à cabo	96,77	19,00	500,00
Internet	55,95	21,00	160,00
Transporte (custo estimado)	189,89	189,89	189,89
Total	585,24	362,25	1.458,25

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

**Tabela 6 – Orçamento básico dos domicílios do Grupo IV em dezembro de 2013
(em R\$).**

	Média	Mínimo	Máximo
Taxa condominial	48,00	43,00	68,00
Água	9,87	6,00	43,00
Energia elétrica	69,49	12,00	180,00
Prestação de aquisição do imóvel	66,42	50,00	124,00
Gás (custo estimado)	47,35	47,35	47,35
TV à cabo	98,48	39,90	614,00
Internet	56,49	40,00	102,00
Transporte (custo estimado)	189,89	189,89	189,89
Total	586,00	428,15	1.368,25

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

Nota-se que ao compararmos o valor total do orçamento básico médio de cada grupo com a renda total domiciliar média de cada grupo, podemos inferir sobre a sustentabilidade econômica desses moradores. Isto quer dizer que, caso a renda total domiciliar não seja suficiente para o pagamento das contas básicas de um domicílio, os moradores deste não teriam condições de permanecer no CH. Situação essa que vem a conformar um dos aspectos importantes, em um cenário de vulnerabilidade social.

Com relação à renda mensal necessária para manter a moradia no CH, foram assumidos aqui os seguintes pressupostos: (1) considerar que o orçamento básico domiciliar referentes aos custos associados à moradia deve representar, no máximo, 30% da renda domiciliar, dessa forma, estabelecendo-se uma sustentabilidade financeira que permite à família manter-se no CH ainda que ocorram situações adversas, nas quais as despesas domiciliares podem sofrer um significativo aumento pontual; (2) caso os custos associados à moradia representem entre 30 a 50%, admite-se uma frágil sustentabilidade; e, (3) acima de 50%, insustentabilidade financeira do domicílio. A seguir, a tabela 7 apresenta a participação do orçamento básico em relação às rendas total e do trabalho para cada grupo.

Tabela 7 – Participação do orçamento básico na renda total e do trabalho (em %).

	Orçamento básico em relação à renda total (em %)	Orçamento básico em relação à renda do trabalho (em %)
Grupo I	84	102
Grupo II	53	66
Grupo III	35	43
Grupo IV	26	34

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

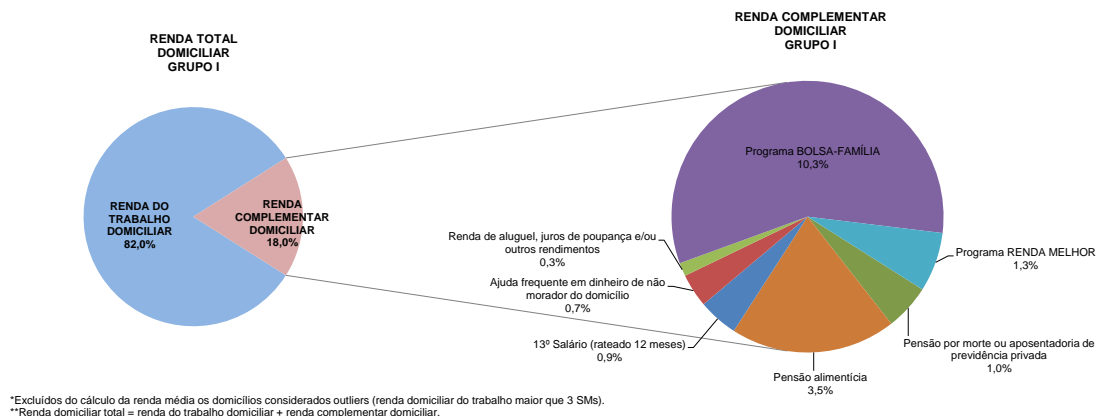
Ao analisar os resultados, percebe-se que os grupo I e II são insustentáveis financeiramente, enquanto o grupo III detém uma frágil sustentabilidade. O grupo I, em especial, conta com apenas R\$ 92, aproximadamente, para despesas mensais não listadas no orçamento básico. O grupo IV, por sua vez, é o único que apresenta sustentabilidade financeira, visto que sua renda total domiciliar média supera o total de suas despesas básicas em mais de 30%.

Obtem-se resultados diferentes se levarmos em conta somente a renda do trabalho domiciliar média dos grupos. Nesse cenário, o grupo I apresenta uma situação de inviabilidade financeira, sendo suas despesas superiores a sua renda média. Os grupos II e III continuam sendo, respectivamente, insustentável e detentor de frágil sustentabilidade. No entanto, o grupo IV apresenta uma piora em sua situação, passando à condição de frágil sustentabilidade financeira.

De modo geral, a sustentabilidade financeira dos domicílios permitiria a seus moradores darem continuidade à moradia no CH e, assim, estarem aptos a acessar oportunidades oferecidas pelo mercado, sociedade ou Estado. As famílias em situação de insustentabilidade financeira vêm ameaçadas tanto a sua permanência no empreendimento quanto a possibilidade de utilizar recursos para acessar oportunidades. Além disso, no entanto, a permanência no CH não se traduz como garantia de acesso a estruturas de oportunidades, visto que o isolamento espacial do empreendimento, aliado ao isolamento social de seus habitantes, se coaduna com a escassez de laços fracos. Como já mencionado, tais laços fracos, segundo Granovetter, seriam os responsáveis pelo acúmulo de capital social, ao possibilitarem que os indivíduos acessem melhores oportunidades distantes, *a priori*, na cadeia social.

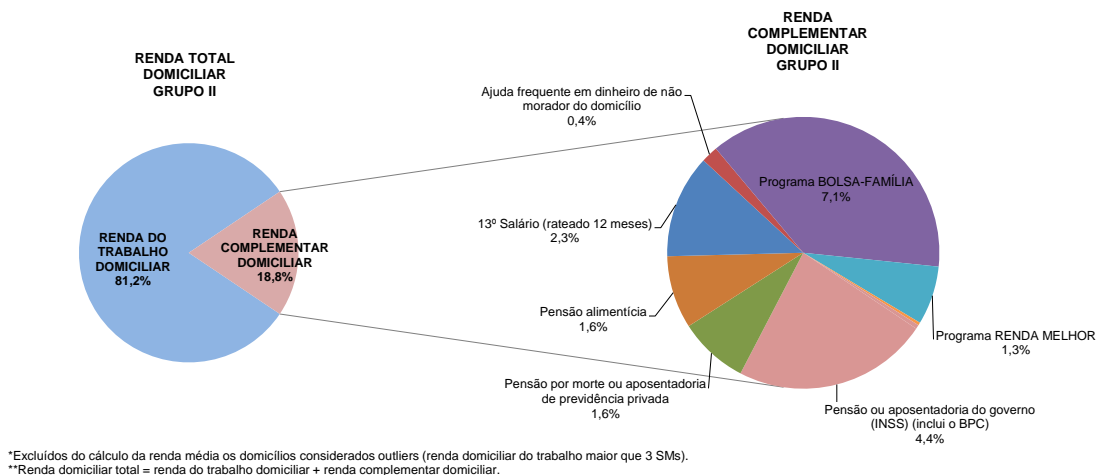
Dando prosseguimento à apresentação dos dados dos grupos de renda do CH, a participação da renda complementar na renda total, bem como a composição dessa renda foram consolidadas nos gráficos 6, 7, 8 e 9, a seguir.

Gráfico 6 – Composição das rendas total e complementar dos moradores do Grupo I em dezembro de 2013 (em R\$).



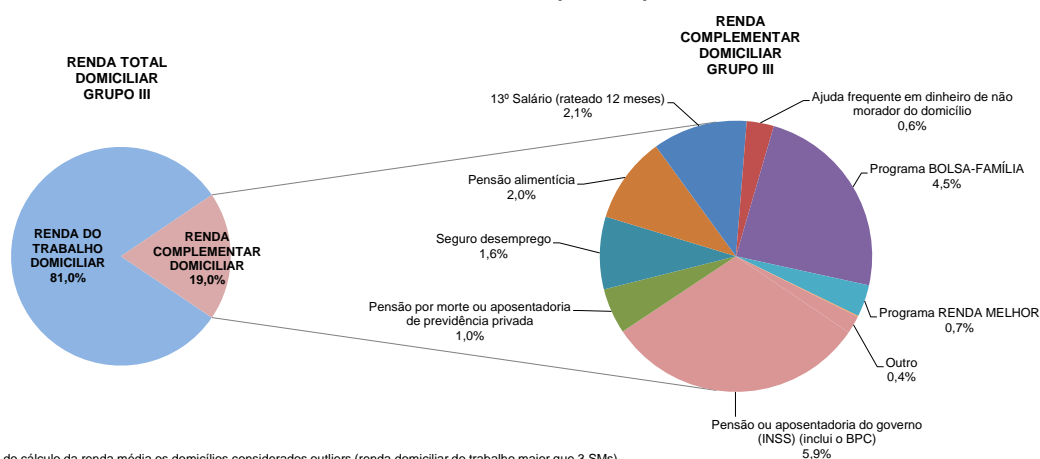
Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 7 – Composição das rendas total e complementar dos moradores do Grupo II em dezembro de 2013 (em R\$).



Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

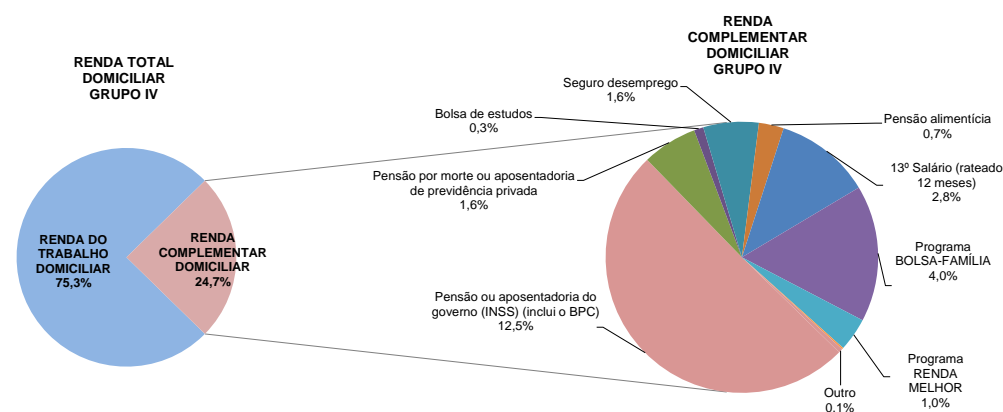
Gráfico 8 – Composição das rendas total e complementar dos moradores do Grupo III em dezembro de 2013 (em R\$).



*Excluídos do cálculo da renda média os domicílios considerados outliers (renda domiciliar do trabalho maior que 3 SMs).
 **Renda domiciliar total = renda do trabalho domiciliar + renda complementar domiciliar.

Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 9 – Composição das rendas total e complementar dos moradores do Grupo IV em dezembro de 2013 (em R\$).



*Excluídos do cálculo da renda média os domicílios considerados outliers (renda domiciliar do trabalho maior que 3 SMs).
 **Renda domiciliar total = renda do trabalho domiciliar + renda complementar domiciliar.

Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

De acordo com os gráficos acima, a participação na renda total e a composição da renda complementar divergem de forma relevante entre os quatro grupos de renda. A fração da renda total correspondente à renda complementar apresenta aumento progressivo conforme aumenta a faixa de renda dos grupos.

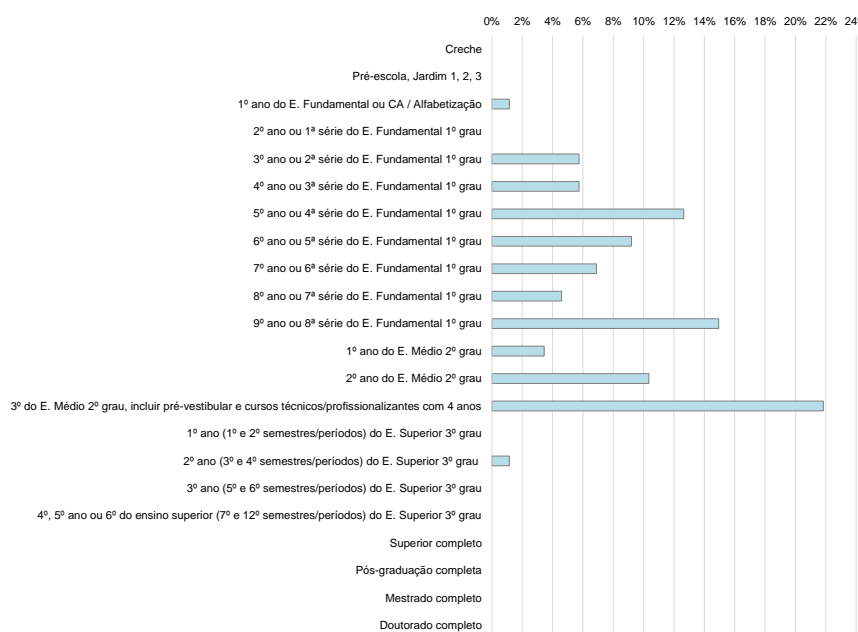
Destaca-se que a transferência de renda no âmbito do PBF tem participação significativa na renda total domiciliar de todos os grupos. Em especial, o PBF representa 10,3% da renda total domiciliar no grupo I e esse percentual perde força à medida em que se eleva a faixa de renda, chegando a 4% no grupo IV. De forma inversa, nota-se que a aposentadoria ou pensão do INSS – incluído o BPC – não apresenta participação na composição da renda total do grupo I, no

entanto, há aumento progressivo de sua participação ao analisarmos faixas de renda superiores. Nesse sentido, o grupo IV conta com 12,5% de sua renda total domiciliar proveniente de aposentadoria ou pensão do INSS. O seguro-desemprego, por sua vez, apresenta participação constante em 1,6% da renda total domiciliar para os grupos III e IV que possuem renda domiciliar a partir de R\$ 1.301, enquanto nos grupos I e II esse item tem participação nula. Ademais, a renda complementar referente à bolsa de estudos é encontrada apenas no grupo IV, de maior renda, o que pode significar um melhor acesso a oportunidades em decorrência de maior sustentabilidade econômica por parte desses domicílios.

Nota-se que o grupo IV apresenta relação mais estável com o mercado de trabalho em comparação com o grupo I. Essa relação mais estável, que pode ser inclusive intergeracional, é caracterizada pela expressiva participação de aposentadoria ou pensão do INSS na composição da renda do grupo IV, visto que esse grupo conta com benefícios que decorrem de significativo tempo de serviço. Por outro lado, a ausência de aposentadoria ou pensão do INSS na composição da renda do grupo I define relações de trabalho menos estáveis ou precarizadas.

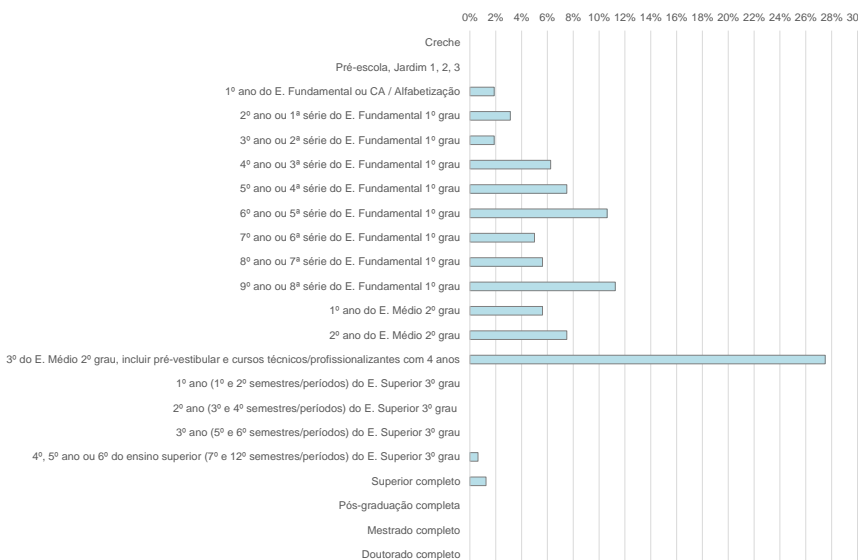
Sobre a escolaridade dos moradores do CH de 25 anos de idade ou mais, os gráficos 10, 11, 12 e 13, a seguir, apresentam os dados.

Gráfico 10 – Distribuição dos moradores do Grupo I com mais de 25 anos conforme a última série, grau ou ano concluído com sucesso em dezembro de 2013.



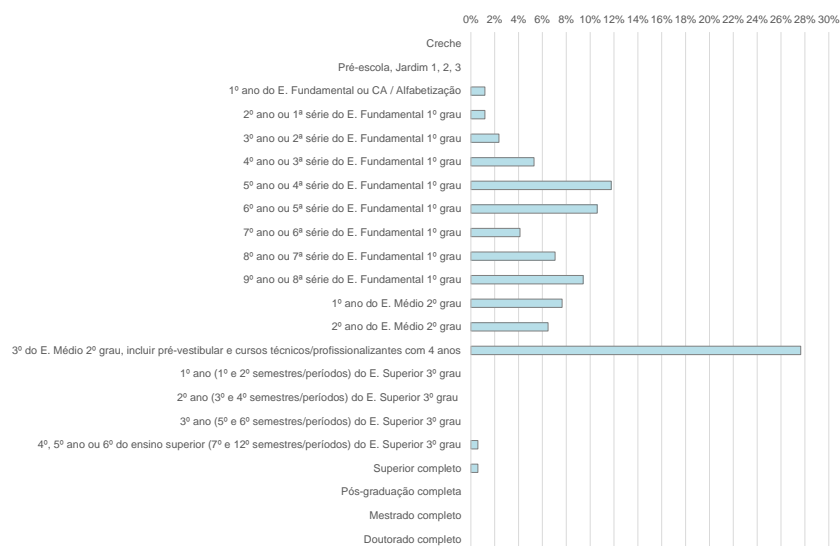
Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 11 – Distribuição dos moradores do Grupo II com mais de 25 anos conforme a última série, grau ou ano concluído com sucesso em dezembro de 2013.



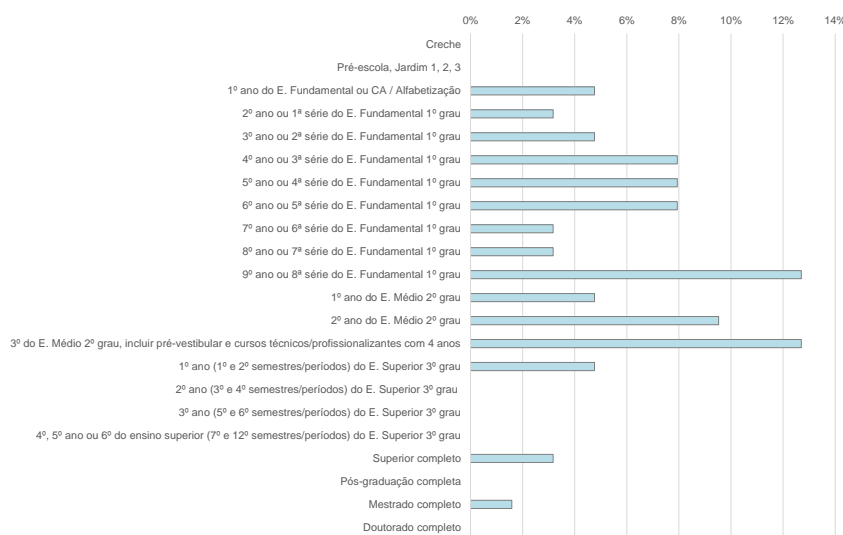
Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 12 – Distribuição dos moradores do Grupo III com mais de 25 anos conforme a última série, grau ou ano concluído com sucesso em dezembro de 2013.



Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 13 – Distribuição dos moradores do Grupo IV com mais de 25 anos conforme a última série, grau ou ano concluído com sucesso em dezembro de 2013.



Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

A partir da análise dos gráficos apresentados, destaca-se o aumento do percentual de moradores com mais anos de estudo à medida em que se observa grupos com renda mais elevada. Nesse sentido, constata-se que o grupo IV é o único a apresentar moradores com mestrado completo e, ainda, a maior participação com ensino superior completo. Nos grupos II e III, percebe-se uma participação inexpressiva de cerca de 1% com ensino superior completo, enquanto no grupo I, não há nenhum integrante com esse grau de

escolaridade. Confirma-se, assim, a ideia geral de que o acesso aos níveis mais elevados de ensino é um fator de promoção da ascensão social.

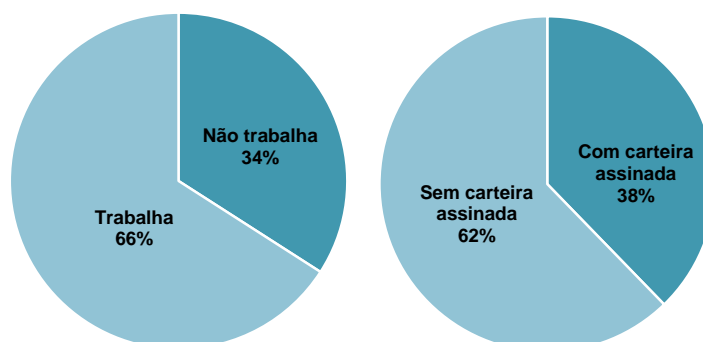
Nota-se, ainda, que, em todos os grupos, um elevado percentual de moradores encontram-se cursando o ensino fundamental. A maioria dos integrantes nos quatro grupos de renda, porém, concluiu o ensino médio.

O grupo IV se destaca por ter moradores com nível de escolaridade mais elevado em comparação com os outros grupos. Este grupo, portanto, é formado por domicílios detentores de maior renda, bem como por moradores com escolaridade mais alta. Assim, considera-se razoável a existência de uma correlação entre renda mais alta e melhor acesso a oportunidades em decorrência de maior sustentabilidade econômica por parte desses domicílios.

Com relação ao mercado de trabalho, serão apresentados, em primeiro lugar, dados sobre os moradores, em idade potencialmente ativa¹⁷, que trabalhavam ou não em dezembro de 2013, bem como se possuíam ou não carteira de trabalho assinada¹⁸. Tais dados serão, ainda, analisados segundo o sexo dos moradores. Mais adiante, serão exibidos os dados referentes ao percentual de jovens de 15 a 24 anos do CH que não estudam nem trabalham.

A seguir, os gráficos 14 a 17 exibem as informações sobre os dois primeiros aspectos para os grupos de renda.

Gráfico 14 – Distribuição dos moradores do Grupo I com idade potencialmente ativa: trabalhavam ou não em dezembro de 2013 / empregados com carteira assinada ou não em dezembro de 2013.

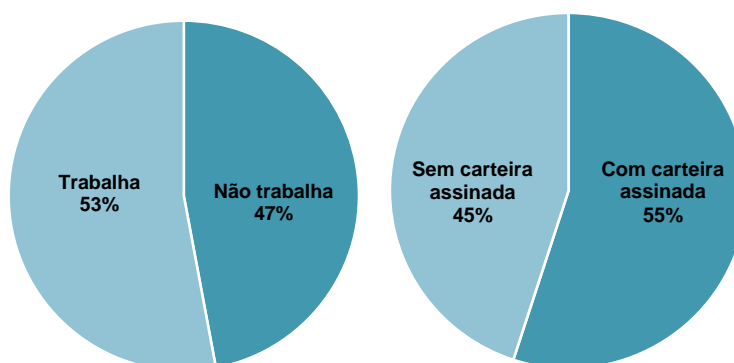


Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

¹⁷ Conforme IBGE, a população potencialmente ativa é representada pelos indivíduos na faixa de 15 a 64 anos de idade.

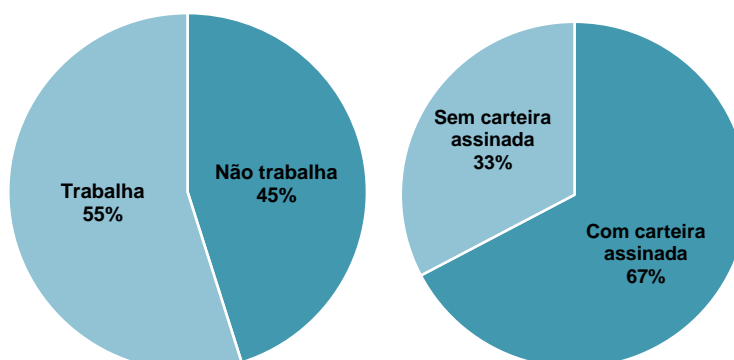
¹⁸ Com relação à posse ou não de carteira de trabalho assinada, foram excluídos dessa base de dados os empregadores e trabalhadores por conta própria.

Gráfico 15 – Distribuição dos moradores do Grupo II com idade potencialmente ativa: trabalhavam ou não em dezembro de 2013 / empregados com carteira assinada ou não em dezembro de 2013.



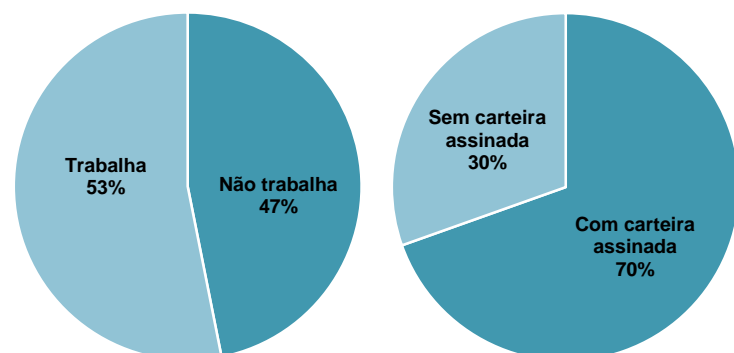
Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 16 – Distribuição dos moradores do Grupo III com idade potencialmente ativa: trabalhavam ou não em dezembro de 2013 / empregados com carteira assinada ou não em dezembro de 2013.



Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 17 – Distribuição dos moradores do Grupo IV com idade potencialmente ativa: trabalhavam ou não em dezembro de 2013 / empregados com carteira assinada ou não em dezembro de 2013.



Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Analisando os gráficos acima, percebe-se que não há relação clara entre a condição de estar ou não trabalhando e o grupo de renda ao qual o morador pertence. Vale salientar apenas que no grupo I há um percentual significativamente maior de moradores que declararam estar trabalhando em

dezembro de 2013 – 66% –, embora os outros três grupos apresentem percentuais bastante similares com relação a essa condição – em torno de 54%. Esse fato pode estar relacionado à menor renda do grupo I em comparação com os outros e, portanto, a uma necessidade maior de trabalhar no intuito de auferir mais renda. No entanto, essa relação não se mantém quando analisada a progressão das faixas de renda.

O gráfico com relação à posse da carteira de trabalho assinada permite inferir a respeito do acesso ao mercado de trabalho formal. Sabe-se que o grupo I apresenta o maior percentual de moradores que trabalhavam, porém, somente 38% dos empregados eram contratados formalmente. Ao analisar a participação de cada grupo no mercado de trabalho formal, nota-se uma relação direta dessa participação com a elevação da faixa de renda dos grupos, visto que um aumento da primeira é acompanhado pela segunda. Nesse sentido, os grupos I e IV representam o pior e o melhor acesso ao mercado de trabalho formal, respectivamente. Tal argumento se confirma na medida em que apenas 30% dos empregados do grupo I detêm carteira de trabalho assinada enquanto que no grupo IV, eles representam 70%. Fato esse que corrobora o argumento de que o grupo IV mantém vínculos mais estáveis com o mercado de trabalho formal, inclusive em termos intergeracionais, enquanto o grupo I mantém uma relação mais precarizada.

Assim como identificado nos dados de escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho formal também privilegia grupos sociais de acordo com a magnitude de sua renda. Há, em contrapartida, a vulnerabilização de grupos sociais que não dispõem desses recursos e acabam distantes de oportunidades oferecidas pelo mercado, sociedade e Estado.

Outro ponto importante é o papel dos laços sociais no acesso ao mercado de trabalho, bem como na mobilidade social desses indivíduos. Pois, a possibilidade de um indivíduo conquistar uma vaga no mercado de trabalho formal para a qual se encontra devidamente qualificado depende não apenas da existência desta vaga, mas também à rápida circulação da informação. Isto quer dizer que é de suma importância que esse indivíduo tome ciência da existência dessa oportunidade e, para tanto, a presença de laços fracos se torna essencial. Dessa forma, a presença desses laços assume papel

importante no acúmulo de capital social por parte dos moradores que acessam as oportunidades disponíveis no mercado.

A seguir, as tabelas 8 e 9 apresentam os dados sobre mercado de trabalho detalhados por sexo.

Tabela 8 – Distribuição dos moradores que trabalhavam ou não por grupo e sexo em dezembro de 2013 (em %).

	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Trabalha (%)	66	53	55	53
<i>Homens (%)</i>	34	56	50	63
<i>Mulheres (%)</i>	66	44	50	37
Não trabalha (%)	34	47	45	47
<i>Homens (%)</i>	36	30	31	44
<i>Mulheres (%)</i>	64	70	69	56

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

Tabela 9 – Distribuição dos moradores com ou sem carteira de trabalho assinada por grupo e sexo em dezembro de 2013 (em %).

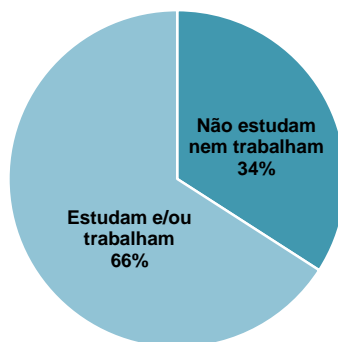
	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Com carteira assinada (%)	38	55	67	70
<i>Homens (%)</i>	45	69	57	66
<i>Mulheres (%)</i>	55	31	43	34
Sem carteira assinada (%)	62	45	33	30
<i>Homens (%)</i>	18	40	28	57
<i>Mulheres (%)</i>	82	60	72	43

Fonte: IETS, 2014. Tabela e estimativas elaboradas pelo autor.

Através da tabela 8, percebe-se uma inversão na composição dos trabalhadores, por sexo, na medida em que a renda aumenta. Assim, no grupo I, nota-se uma maioria de mulheres que trabalham – 66% – enquanto no grupo IV a maioria dos que trabalham é composta por homens – 63%. Nesse sentido, a tabela 9 destaca, ainda, que dentre os moradores do grupo I que não possuem carteira de trabalho assinada, 82% deles são mulheres. No entanto, analisando-se os outros grupos percebe-se que a composição por sexo dos moradores que não possuem carteira assinada se encaminha para uma estrutura mais igualitária, conforme o aumento da renda. Tem-se, dessa forma, sinalizada uma correlação entre gênero e o nível de vulnerabilidade social a que os grupos estão expostos.

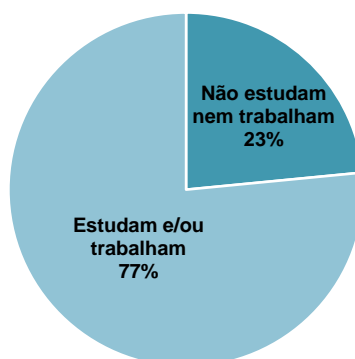
Sobre os jovens de 15 a 24 anos do CH que não estudam nem trabalham, os gráficos 18 a 21, a seguir, introduzem informações de acordo com os respectivos grupos de renda.

Gráfico 18 – Distribuição dos moradores do Grupo I com idade entre 15 e 24 anos com relação ao trabalho e estudo em dezembro de 2013.



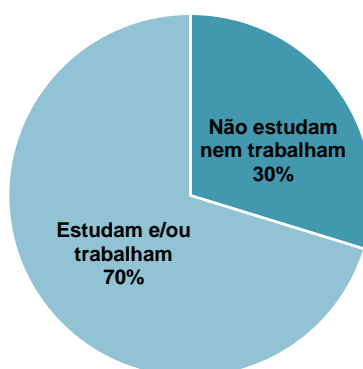
Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 19 – Distribuição dos moradores do Grupo II com idade entre 15 e 24 anos com relação ao trabalho e estudo em dezembro de 2013.



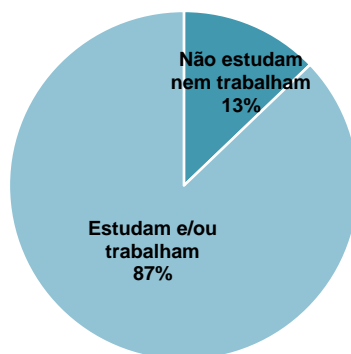
Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 20 – Distribuição dos moradores do Grupo III com idade entre 15 e 24 anos com relação ao trabalho e estudo em dezembro de 2013.



Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 21 – Distribuição dos moradores do Grupo IV com idade entre 15 e 24 anos com relação ao trabalho e estudo em dezembro de 2013.



Fonte: IETS, 2014. Gráfico elaborado pelo autor.

De acordo com os gráficos acima, percebe-se, novamente, que os grupos I e IV apresentam, respectivamente, o pior e melhor cenários. Enquanto o grupo I detém o maior percentual de jovens que não estudam nem trabalham – 34% –, o grupo IV apresenta o menor – 13%. Nesse sentido, percebe-se a influência da renda no acesso tanto à educação quanto ao mercado de trabalho.

Há, aqui, a reiteração da dinâmica de vulnerabilização de grupos sociais com renda inferior, o que mantém obstaculizado o aproveitamento de estruturas de oportunidades e compromete o acúmulo de capital social. É de suma importância considerar, ainda, o isolamento socioespacial do CH que propicia a formação de laços fortes em detrimento de laços fracos. Esses laços, por sua vez, viabilizam a eficiente difusão do conhecimento na sociedade e, desse modo, possibilita o entendimento amplo de questões sociais, facilitando o combate à vulnerabilização social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo iluminar a questão da vulnerabilidade social no contexto da política habitacional do governo federal, tendo como referência um empreendimento do PMCMV localizado na periferia da RMRJ. Nesse sentido, o propósito desse trabalho foi atingido ao confirmar a frágil sustentabilidade econômica à qual os moradores do CH Parque Valdariosa estão submetidos.

A hipótese adotada nesse estudo se mostrou confirmada através da análise dos resultados relacionada à teoria apresentada. À vista disso, verificou-se que o acesso à educação e ao mercado de trabalho formal, pela maioria dos moradores do CH, se encontram deficientes. Em outras palavras, tem-se que o acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, sociedade e Estado se apresenta obstaculizado para esses indivíduos, prejudicando, assim, seu acúmulo de capital social. Conforme Rubén Kaztman, esse cenário configura níveis de bem-estar inferiores, próprios da condição de vulnerabilidade social. Mark Granovetter, por sua vez, apresenta teoria que serve como respaldo ao argumento de que o isolamento social e espacial a que os habitantes do empreendimento estão sujeitos, propicia a formação de laços fortes em detrimento de fracos. Em decorrência disso, obstrui-se a eficiente difusão do conhecimento na sociedade, impossibilitando o entendimento amplo dos problemas sociais e, ainda, dificultando o combate à vulnerabilização social.

Sobre a metodologia utilizada nesse trabalho, tentou-se estabelecer um diálogo entre o referencial teórico apresentado e os dados da pesquisa de campo realizada pelo IETS em dezembro de 2013. Nessa linha, o agrupamento dos domicílios em quatro subconjuntos distintos foi eficiente em demonstrar a heterogeneidade socioeconômica interna à população do CH Parque Valdariosa. Em razão disso, foi possível visualizar não só os diferentes níveis de sustentabilidade financeira dos domicílios, como também os distintos acessos à educação e ao mercado de trabalho formal.

Por fim, ficou clara a pouca preocupação por parte da política nacional de habitação a respeito da integração do indivíduo vulnerável à sociedade. Evidencia-se, dessa forma, que o isolamento social vivido pelos pobres urbanos não é tratado de forma direta. Desse modo, acredita-se que o presente trabalho contribui como reflexão crítica sobre a eficácia da política nacional de habitação vigente na medida em que ela vulnerabiliza socialmente os “beneficiados” pelo PMCMV.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei Ordinária nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

CAMARGO, C. M. **Novas formas associativas na produção recente de moradia social no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 15, nº 2. ANPUR: 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. **Base de dados da pesquisa “Mais Valdariosa”**. 2014.

GRANOVETTER, Mark. **The strength of weak ties**. American Journal of Sociology, vol. 78, nº 6, Maio/1973, p. 1.360-1.380.

_____. **The strength of weak ties: a network theory revisited**. Source: Sociological Theory, vol. 1, 1983, p. 201-233.

KAZTMAN, Rubén. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social**, en BID-Banco Mundial-CEPAL-IDEC, 5º Taller Regional. La medición de la pobreza: métodos y aplicaciones (continuación), Aguascalientes, 6 al 8 de junio de 2000, Santiago de Chile, CEPAL, p. 275-301.

_____. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. Revista CEPAL, nº 75, Santiago de Chile, Dez/2001.